

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CHIAPETTA – RS
CENTRAL DE CONTROLE INTERNO
LEI Nº 261/2001.
AVENIDA IPIRANGA Nº 1544

Na qualidade de responsáveis pelo órgão de Controle Interno do Município de Chiapetta, Estado do Rio Grande do Sul, apresentamos o Relatório e Parecer sobre as contas do Poder Executivo, relativos ao exercício de 2018, em conformidade com o previsto no art. 74 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e, nos termos do disposto no art. 113, inciso I, letra "b" da Resolução nº 544, de 21 de junho de 2000, do Tribunal de Contas do Estado, com a redação que lhe deu a Resolução nº 591, de 10 de abril de 2002.

1. Destaca-se, inicialmente, que o órgão de controle interno do Município foi instituído pela Lei Municipal nº 261/2001, regulamentada pelo Decreto nº 010/2003, tendo sido designados seus membros pela Portaria nº 319 de 01 de Novembro de 2017.

2. A Comissão desenvolveu suas atividades da seguinte forma:

- Memorando n.º 001 foi encaminhado ao prefeito, na data de 11-01-2018, para solicitar aquisição de EPI, para os servidores com exposição a agentes biológicos e à radiação solar;

- Memorando n.º 002, foi encaminhado ao Presidente do Legislativo, na data de 14-03-2018, para reiterar o memorando nº 20/2017, solicitando a criação da ouvidoria no Legislativo Municipal;

- Memorando n.º 003, foi encaminhado a Secretário de Obras, na data de 26-04-2018, para solicitar complementação de documentos, para fins de concluir a auditoria;

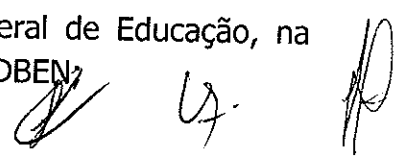
- Memorando n.º 004, foi encaminhado a Secretaria de Administração, na data de 17/05/2018, para solicitar, complementação de documentos, para concluir auditoria no setor de pessoal;

- Memorando n.º 005, encaminhado ao Prefeito, na data de 28-05-2018, para comunicar e solicitar medidas administrativas na Secretaria de Obras;

- Memorando n.º 006, encaminhado ao Prefeito, na data de 06-06-2018, para comunicar a conclusão de auditoria e solicitar medidas administrativas, na Secretaria de Administração, Setor de Licitações;

- Memorando n.º 007, encaminhado ao Prefeito, na data de 18-06-2018, solicitando o pagamento do PMAQ, nos termos da Lei Municipal nº 748/2013;

- Memorando n.º 008, encaminhado a Coordenadora Geral de Educação, na data de 09/07/2018, solicitando o cumprimento do Art. 26ª da LDBEN;



- Memorando n.º 009, encaminhado à Contadora, encaminhado na data de 01-10-2018, solicitando relatórios gerenciais;

- Memorando n.º 010, encaminhado à Secretaria de Administração, na data de 13-11-2018, solicitando cópia de Lei ou Termo de Cessão de Uso, das torres no espaço físico do prédio da Prefeitura, por empresa particular;

- Memorando n.º 011, encaminhado ao Prefeito, na data de 27-12-2018, solicitando que determine ao setor contábil, a movimentação financeira da Secretaria de Habitação, Assistência Social, Cidadania e Trabalho, seja contabilizado na conta nº 0412747307 – Fundo Municipal de Assistência Social;

3. Ressalta-se que a correção de alguns procedimentos administrativos, como nomeação de servidores, para assumir cargos de provimento efetivo, não foi ainda plenamente atingida em razão de não ter ocorrido a homologação do concurso público, tão logo isso ocorra, com certeza muitos cargos, serão preenchidos com servidores efetivos, que receberão orientação para desempenho do cargo e com isso teremos um melhoramento na prestação do serviço público. No entanto, há disposição da Administração para o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho em busca de atuação balizada sempre pelos princípios que regem a Administração Pública (CF, art. 37).

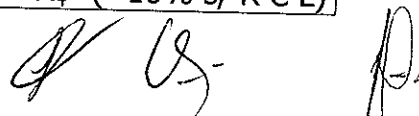
4. Em análise da execução do orçamento, verificamos o atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

5. No que respeita ao atendimento dos limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar, cabem as seguintes considerações:

a) OPERAÇÕES DE CRÉDITO:

O Município não realizou operações de crédito no exercício de 2018. Para fins de verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, bem como no art. 167, inciso III da Constituição Federal elaboramos os seguintes quadros demonstrativos:

Receita Corrente Líquida (R C L) de 2018	R\$ 20.079.755,42
Montante das Operações de Crédito Realizadas em 2018	R\$ 0,00
Percentual realizada sobre a RCL em 2018	0,00%
Limite legal cfe art 7º da Resolução 43/2001	R\$ (= 14,40 % s/ R C L)
Limite de alerta cfe art 59, § 1º, III da LRF	R\$ (=16% s/ R C L)



Montante das Operações de Crédito Realizadas A)	R\$ 0,00
Despesas de Capital (Valor Liquidado) B)	R\$ 0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes – LRF art. 32, § 3º, I C)	R\$ 0,00
Diferença (A – (B-C))	R\$ 0,00

Verifica-se pelo acima exposto que o Município não realizou operações de crédito no ano de 2018 não excedendo nenhum limite estabelecido.

a) OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (A R O):

Não foram realizadas operações de crédito por antecipação da receita orçamentária em 2018.

c) RESTOS A PAGAR:

Quanto aos restos a pagar, verificou-se o seguinte: o balancete da despesa emitido em 31/12/2018, revela que o total de empenhos a pagar é de R\$ 1.519.975,04, sendo que destes R\$ 346.877,51 são liquidados e não liquidados de R\$ 1.173.097,53 (não processados) incluindo restos de anos anteriores. Estes valores foram inscritos em restos a pagar não processados e processados, respectivamente. Confrontando-se tais empenhos, somados às demais obrigações financeiras a pagar, com as disponibilidades de caixa verificada em 31.12.2018 e respeitadas as fontes de recursos correspondentes, temos o seguinte quadro:

**RECURSOS DISPONÍVEIS X OBRIGAÇÕES A PAGAR 31/12/2018
(INCLUINDO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DO EXERCÍCIO E DE
EXERCÍCIOS ANTERIORES).**

RECURSO	DISP 31/12/18	A PAGAR 31/12/18	SALDO
0001 - Livres+ saldo em cx	1.031.642,01	59.284,42	972.357,59
0020 - Educação	49.094,19	0,00	49.094,19
0031 - Fundeb	15.234,64	0,00	15.234,64
0040 - A S P S	42.191,89	3.657,01	38.534,88
1016 - Ministérios das Cidades	13.281,41	0,00	13.281,41
1021 - PNAE	3.701,26	0,00	3.701,26
1022- PNATE	71,20	0,00	71,20
1023 - Quota Salario Educação	7.678,08	0,00	7.678,08
1048 - Conv Transp Escolar	4,76	0,00	4,76
1049 - Programa FEAS	2.540,74	0,00	2.540,74

1054 – Ministério da Agricultura	3.350,08	282.387,48	-279.037,40
1055 - Recursos do PAIF	7.551,08	0,00	7.551,08
1056 – Programa IGD	16.766,95	0,00	16.766,95
1059 - Ministério do Turismo	127.291,09	0,00	127.291,09
1069 - Ministério do Esporte	127.564,99	0,00	127.564,99
1075 – FNDE Brasil Carinhoso	2.579,38	0,00	2.579,38
1076 – Recursos SCFV	3.727,33	1.548,60	2.178,73
1077 – Recurso Passe Livre	3.780,19	0,00	3.780,19
1085 – Secretaria de Agricultura	25.111,02	0,00	25.111,02
4011 – Inc. Atenção básica	105.251,45	0,00	105.251,45
4050 – Farmácia Básica	7.649,07	0,00	7.649,07
4080 - PACS	19.725,53	0,00	19.725,53
4090 - PSF	0,32	0,00	0,32
4111 – Recursos CEO	83,11	0,00	83,11
4160 - PIM	2.316,93	0,00	2.316,93
4190 - Epidemiologia	8.583,99	0,00	8.583,99
4510 – PAB fixo	405.090,76	0,00	405.090,76
4520 - PSF	0,00	0,00	0,00
4521 - PMAQ	55.649,68	0,00	55.649,68
4590 – Teto financeiro	305,30	0,00	305,30
4710 – Vigilância saúde	36.944,21	0,00	36.944,21
4770 – Farmácia básica	85,43	0,00	85,43
4920 – Estrut. Serv. Organização Farmaceutica	49.284,21	0,00	49.284,21
4931 - Emenda Parlamentar	107.422,24	0,00	107.422,24
4936 – Aquisição de Unidade Móvel	3.260,07	0,00	3.260,07
4957 – Estrut. Rede de Serviços de Atenção Básica	100.650,06	0,00	100.650,06
4962 - Estrut. Unidades Atenção Especializada	124.635,12	0,00	124.635,12
T O T A I S	2.510.099,77	346.877,51	2.163.222,26

Analisando-se o quadro acima, verifica-se que houve suficiência financeira para a inscrição de empenhos em restos a pagar processados, com exceção do recurso vinculado (1054) do Ministério da Agricultura ref. contrato de repasse nº. 1061.221-87 convenio nº. 877302/2018, mapa – programa de apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário aonde liquidamos o empenho 4716 por entrega da mercadoria aonde ficamos a receber o valor de R\$ 282.387,48 deste convênio.

Tal situação revela que apesar das dificuldades e necessidade de ajustar a execução orçamentária ao efetivo ingresso de recursos podemos verificar que o município conseguiu equilibrar as suas finanças, pois levando em consideração aos processos de emergência que o município passou nos últimos anos com enormes gastos que precisou se ter para poder recuperar uma parte das perdas que se teve, a

queda na arrecadação de alguns impostos percebemos o empenho para buscar o equilíbrio financeiro .

6. No tocante à despesa total com pessoal, de que tratam os arts. 18 a 23 das Lei Complementar nº 101/2000, cabem as seguintes considerações:

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Receita Corrente Líquida (R C L)	R\$ 20.079.722,42
Despesas com Pessoal Computáveis nos últimos 12 meses	R\$ 9.190.171,99 = 45,77 % s/R C L
Limite de alerta cfe art. 59, § 1º, II da LRF	R\$ 8.319.293,41 = 48,60% s/RCL
Limite prudencial cfe art. 22, § único da LRF	R\$ 8.781.476,37 = 51,30% s/RCL
Limite legal cfe art. 20, III, "b" da LRF	R\$ 9.243.659,34 = 54,00% s/RCL

Verifica-se que o índice de despesa com pessoal ficou em 45,77 %, situando-se, portanto, abaixo do limite de emissão de alerta de que trata o Inciso II do § 1º do Art. 59 da LRF, de 51,30%, (percentual este equivalente a 95% sobre o limite de 54%, conforme estipulado no Parágrafo Único do Art. 22 c/c alínea "b" do Inciso III do Art. 20, ambos da LRF). Fica obrigado a seguir as seguintes **VEDAÇÕES**:

- a) concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
- b) criação de cargo, emprego ou função;
- c) alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- d) provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- e) contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

7. A dívida consolidada líquida do município apresentou a seguinte posição em 31 de Dezembro de 2018 a qual atende ao disposto na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal:



DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA


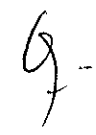
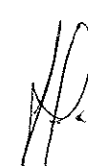
Receita Corrente Líquida R C L	R\$ 20.079.755,42
Dívida Consolidada	R\$ 800.338,05
Precatórios trabalhistas incluídos no orçamento e não pagos	R\$ 0,00
Restos a Pagar Processados	R\$ 346.877,51
(-) Disponibilidades de Caixa (exceto do RPPS)	R\$ 2.510.099,77
(-) Aplicações Financeiras (exceto do RPPS)	R\$ 0,00
(-) Demais disponibilidades financeiras (exceto do RPPS)	R\$ 0,00
(+) Obrigações financeiras (exceto do RPPS)	R\$ 0,00
(=) Dívida Consolidada Líquida	R\$ - 1.362.884,21
Limite de emissão de alerta cfe, art, 59, § 1º, III da LRF	R\$ 21.686.135,85 =108% s/RCL
Limite legal cfe art.3º, II da Resolução 40/2001	R\$ 24.095.706,50 =120% s/RCL

Os limites de gastos do Poder Legislativo do Município, podem ser visualizados nos quadros a seguir:

a) Despesas com pessoal do Poder Legislativo Municipal (LRF art. 20, III, "a")

Receita Corrente Líquida (R C L)	R\$ 20.079.755,42
Despesas com Pessoal Computáveis nos últimos 12 meses	R\$ 419.320,37 =2,09 % s/R C L
Limite de alerta cfe art. 59, § 1º, II da LRF	R\$ 1.084.306,79 =5,4% s/RCL
Limite prudencial cfe art. 22, § único da LRF	R\$ 1.144.546,06 = 5,7% s/RCL
Limite legal cfe art. 20, III, "b" da LRF	R\$ 1.204.785,33 = 6% s/RCL

Verifica-se que o índice de despesa com pessoal ficou em 2,09 %, situando-se, portanto, abaixo do limite de emissão de alerta de que trata o Inciso II do § 1º do Art. 59 da LRF, de 5,4%, (percentual este equivalente a 90% sobre o limite de 6%, conforme estipulado no Parágrafo Único do Art. 22 c/c alínea "b" do Inciso III do Art. 20, ambos da LRF), e que coloca o Poder Legislativo Municipal,

conforme determinado no citado Parágrafo Único do Art. 22 da LRF, excluído das seguintes **VEDAÇÕES**:

a) concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

b) criação de cargo, emprego ou função;

c) alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

d) provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

e) contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

8) Quanto à inscrição de restos a pagar do Poder Legislativo Municipal, verificou-se o seguinte: o balancete da despesa emitido em 31/12/2018, revela que o total de empenhos a liquidar foi de R\$ 0,00 e o total de empenhos liquidados a pagar também foi de R\$ 0,00. Portanto não existindo restos a pagar do Poder Legislativo, sendo que com as disponibilidades de caixa da Câmara Municipal temos o seguinte quadro:


RECURSOS DISPONÍVEIS DA CÂMARA X OBRIGAÇÕES A PAGAR EM 31/12/2018

RECURSO	DISP 31/12/2018	A PAGAR 31/12/2018	SALDO
0001 – Livres	4.202,46	0,0	4.202,46
T O T A I S	4.202,46	0,0	4.202,46

Analisando-se o quadro acima, verifica-se a suficiência financeira para a inscrição de empenhos em restos a pagar.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9. Em análise mais detalhada das operações financeiras e orçamentárias realizadas pela Contadoria no exercício de 2018, observamos, em relação ao disposto no Capítulo II, do Título IX da Lei Federal nº 4.320/64, que todas foram escrituradas em conformidade com as normas aí previstas e com observância dos princípios fundamentais de contabilidade, aplicáveis à espécie, pois:



- a) A despesa orçamentária conteve-se no limite dos créditos votados e em nenhum momento, durante a execução, excedeu o montante autorizado.
- b) Os gastos efetuados guardaram conformidade com a classificação da Lei Federal nº 4.320/64 e Portarias Ministeriais.
- c) Houve correção quanto à classificação econômica da despesa (Anexo 01 da Lei Federal nº 4.320/64 e Portarias Ministeriais)
- d) Ficou caracterizada a observância das fases da despesa estabelecidas nos arts. 60, 63 e 64 da Lei Federal nº 4.320/64.
- e) As Notas de Empenho e Ordens de Pagamento estão acompanhadas de documentação comprobatória hábil (notas fiscais, recibos, faturas, conhecimentos, etc.), nos termos da legislação vigente.
- f) No exame da documentação relativa às Prestações de Contas de Adiantamentos (art. 68 da Lei Federal nº 4.320/64), constatou-se o cumprimento das normas gerais de Direito Financeiro e da Lei Municipal nº 13/1997.
- g) Os bens móveis e imóveis adquiridos ou alienados no curso do exercício foram contabilizados nas contas patrimoniais respectivas.
- h) Houve controle contábil mensal das entradas, saídas e do saldo dos materiais estocados em almoxarifado.
- i) Os inventários dos materiais estocados em almoxarifado e dos bens patrimoniais coincidem com os registros contábeis.
- j) No controle contábil das operações financeiras extra-orçamentárias, nenhuma irregularidade foi constatada.
- l) Analisando-se os créditos adicionais abertos no exercício, observa-se a existência de autorização legal para a abertura bem como a existência dos recursos indicados para a sua cobertura, conforme o prescrito no Art. 43 da Lei 4.320/64.

DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS:

10) Analisando-se os principais demonstrativos financeiros que compõem o Balanço Geral do Município, especificamente o Balanço Financeiro (anexo 13), Balanço Patrimonial (anexo 14) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (anexo 15), verificou-se o atendimento das normas legais vigentes, mediante a aplicação dos seguintes testes de consistência e relevação de saldo contábil.



a) Balanço Financeiro: verificou-se a consistência das informações, comparando-se os dados constantes no demonstrativo com os saldos do balancete de verificação contábil de 31/12/2018, mediante a aplicação do seguinte teste:

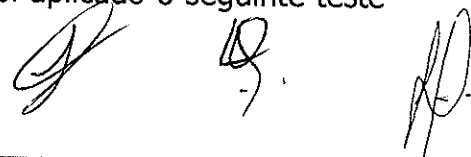
Saldo anterior do ativo disponível	R\$ 1.896.303,75
(+) Receita orçamentária realizada	R\$ 20.590.755,18
(+) Movimentos de crédito no sistema financeiro	R\$ 3.724.393,48
(-) Despesa Orçamentária realizada	R\$ 20.283.840,51
(-) Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 571.046,11
(-) Movimento de débito no sistema financeiro	R\$ 2.846.466,02
(=) Saldos das disponibilidades em 31/12/18 (caixa e bancos)	R\$ 1.896.303,75

b) Demonstração das Variações Patrimoniais: a consistência da apuração do resultado do exercício foi verificada mediante a extração dos seguintes dados do balancete de verificação contábil de 31/12/2018.

Receita orçamentária realizada	
(+) Variações ativas resultantes da execução orçamentária	R\$ 20.232.999,41
(+) Acréscimos patrimoniais	R\$ 0,00
(+) Variações ativas independentes da execução orçamentária	R\$ 0,00
(-) Despesa orçamentária realizada	R\$ 19.860.920,78
(-) Variações passivas resultantes da execução orçamentária	R\$ 0,00
(-) Variações passivas independentes da execução orçamentária	R\$ 0,00
(=) Resultado Patrimonial do Período	R\$ 372.078,63

O resultado encontrado coincide com aquele constante do Demonstrativo das Variações Patrimoniais (anexo 15), demonstrando a consistência das informações contábeis.

c) Balanço Patrimonial: para fins de verificação da consistência das informações constantes do demonstrativo (anexo 14) foi aplicado o seguinte teste de relevação de saldo contábil:



Saldo patrimonial do exercício anterior	R\$ 22.905.738,83
(+) Resultado do exercício apurado conforme demonstração das variações patrimoniais	R\$ 600.643,69
(=) Saldo patrimonial do exercício atual (31/12/2018)	R\$ 22.305.095,14

Tal informação coincide com o Saldo Patrimonial constante do Balanço Patrimonial, demonstrando a consistência das informações.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Comissão de Controle Interno é de parecer que as metas previstas no plano plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os programas do governo municipal elencados na lei orçamentária do exercício, foram adequadamente cumpridas.

De outra parte, no que se refere à legalidade dos atos de gestão financeira orçamentária, financeira e patrimonial, salvo melhor juízo, foi ela observada. Quanto à eficácia e eficiência, da gestão, os resultados obtidos foram os previstos nas leis orçamentárias com proveito para a coletividade atendida.


Em relação à aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, anota-se que o Município concedeu subvenções sociais, mediante convênio a diversas entidades, visando a diferentes objetivos, os quais foram alcançados em sua totalidade com a devida prestação de contas dos recursos repassados.

É o relatório e parecer.

Chiapetta/RS, 18 de Janeiro de 2019.


Veriato Toledo
Membro


Cristiano Dellatorre
Membro


Bel. Jairo B. Bohn
Presidente